

parque estadual do jaraguá

plano de manejo

AUP 0652

G05

bárbara goulart

isis kanashiro

laura lemos

letícia biscaro

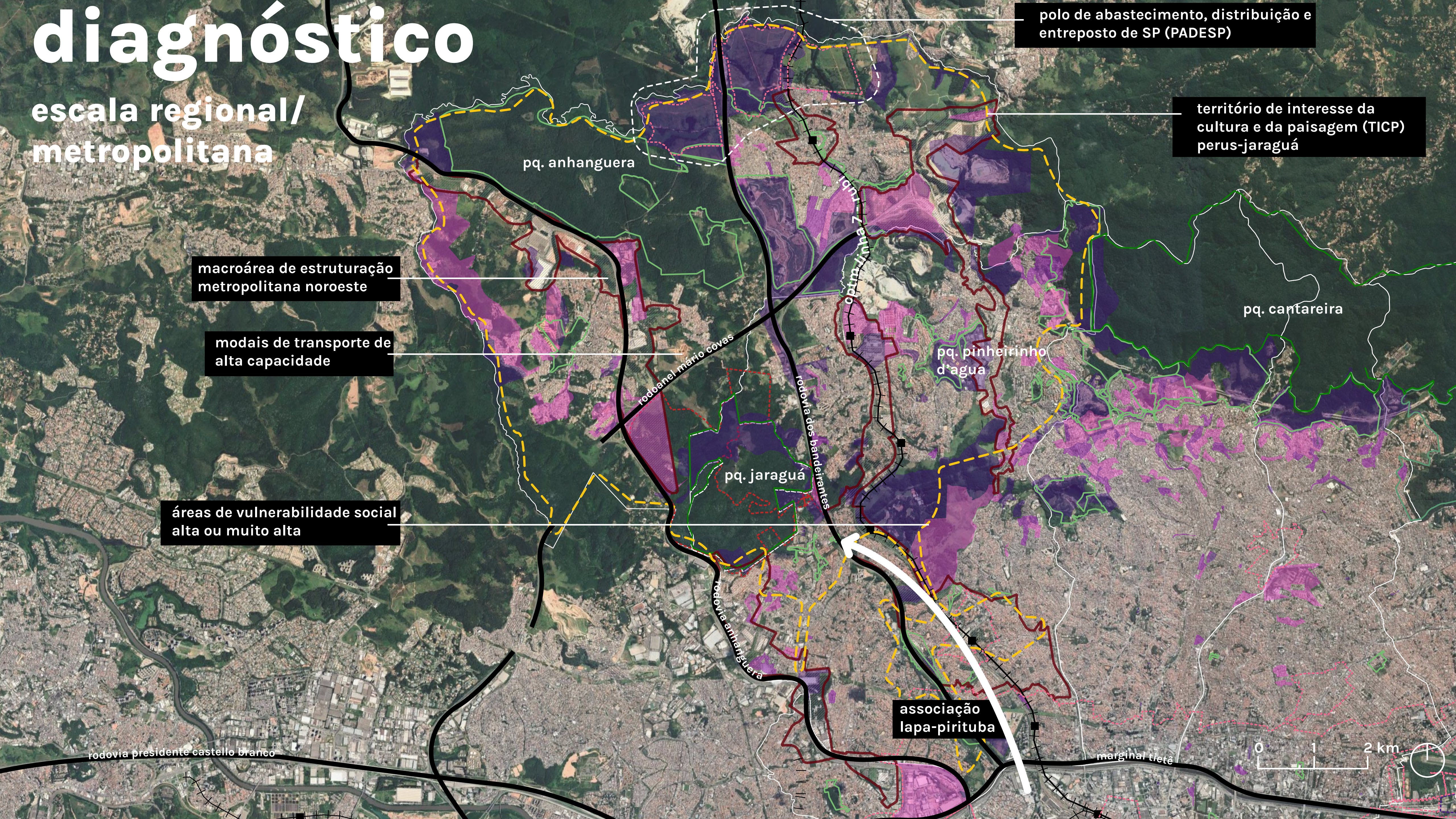
luiza mateo

sumário

1. diagnóstico
3. unidades de paisagem
4. premissas
5. diretrizes
7. gestão compartilhada
8. usos do parque
9. recuperação, preservação e conservação
10. revisão do zoneamento
11. zona de amortecimento
12. urbanização de baixo impacto
15. acessibilidade
16. corredores ecológicos
18. PADESP

diagnóstico

escala regional/
metropolitana



polo de abastecimento, distribuição e entreposto de SP (PADESP)

território de interesse da cultura e da paisagem (TICP) perus-jaraguá

macroárea de estruturação metropolitana noroeste

modais de transporte de alta capacidade

áreas de vulnerabilidade social alta ou muito alta

pq. anhanguera

pq. jaraguá

pq. pinheirinho d'água

pq. cantareira

rodovia mário covas

rodovia dos bandeirantes

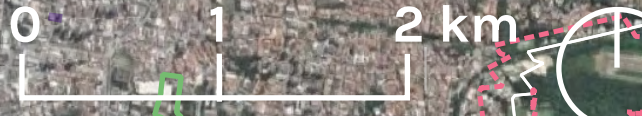
rodovia anhanguera

rodovia presidente castello branco

associação lapa-pirituba

marginal tietê

cptm linha 7



diagnóstico

escala local

áreas de uso predominantemente residencial em expansão

coexistência de chácaras e da terra indígena guarani

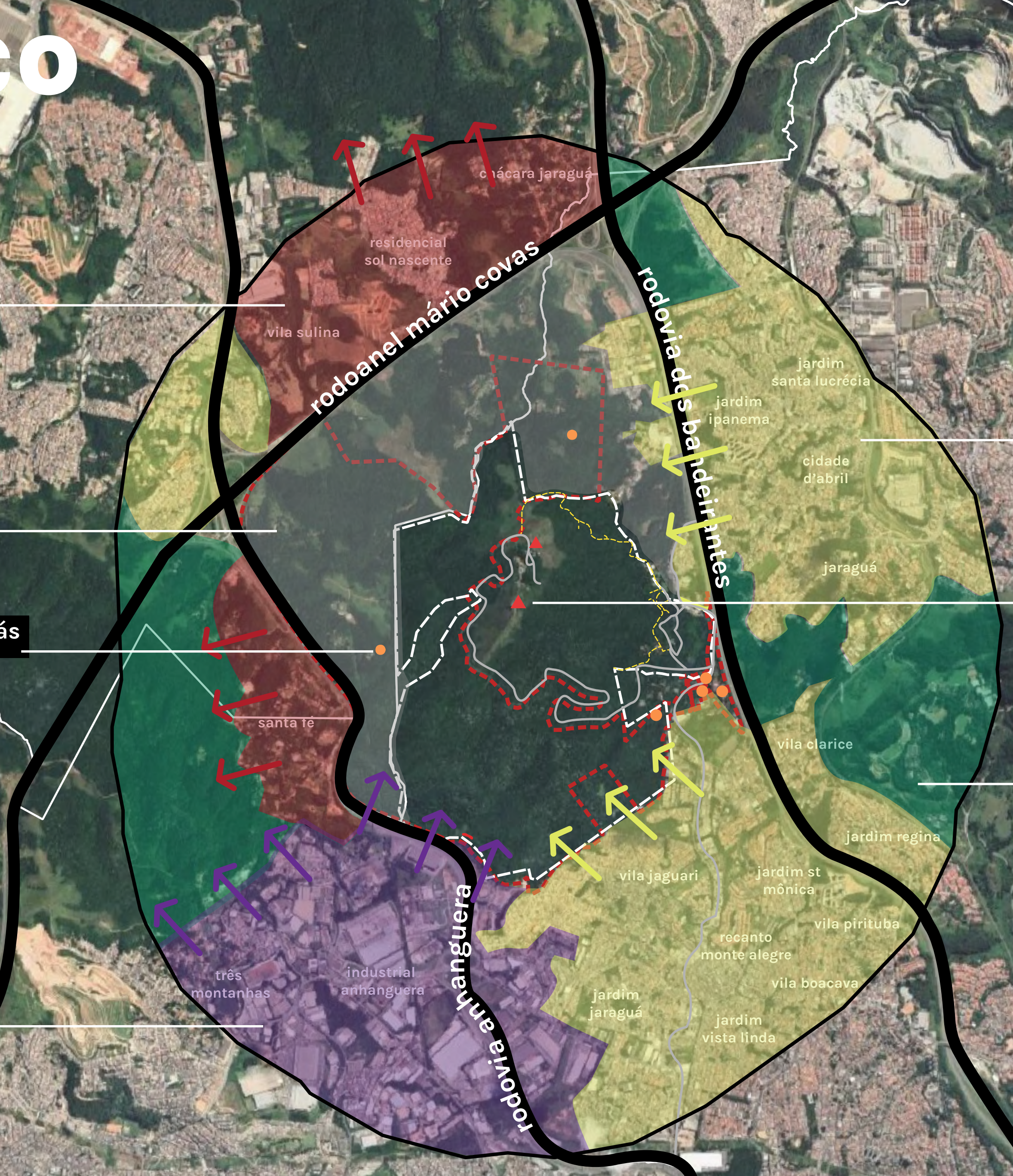
tekoás

áreas de uso predominantemente industrial

áreas de uso predominantemente residencial

picos

áreas verdes

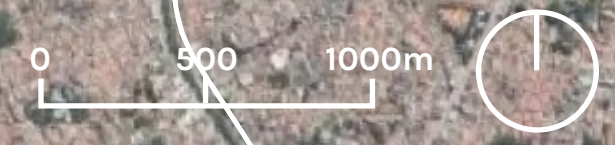


chácaras jaraguá
residencial sol nascente
vila sulina
rodovia mário covas

rodovia dos bandeirantes

santa té
três montanhas
industrial anhanguera
rodovia anhanguera

jardim santa lucrécia
jardim ipanema
cidade d'abril
jaraguá
vila clarice
jardim regina
vila jaguari
jardim st mônica
recanto monte alegre
vila pirituba
vila boacava
jardim jaraguá
jardim vista linda

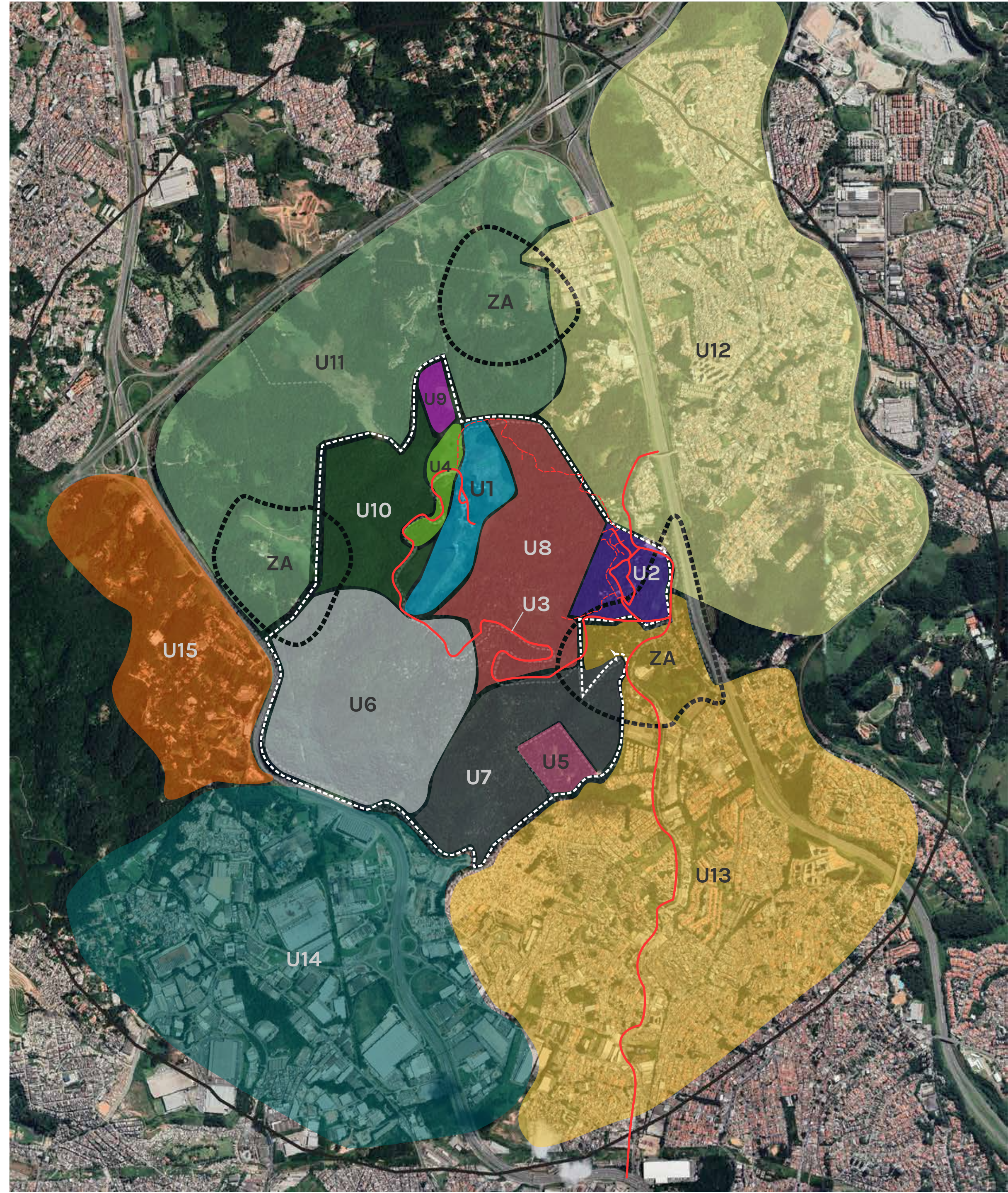
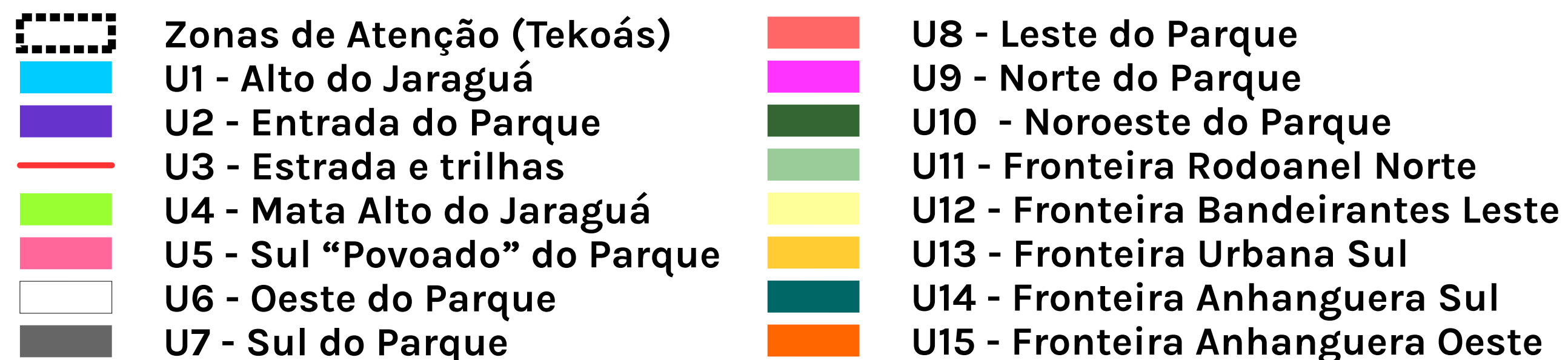


unidades de paisagem

A partir dessa análise, foi possível notar conflitos específicos em diferentes regiões do parque, variando de acordo com suas características internas e de seu entorno, e assim estabelecer unidades de paisagem. Para cada unidade procurou-se entender suas características, qualidades, fragilidades/conflitos e potencialidades.

Dentro do parque, os critérios de cunho ambiental e de uso foram fundamentais para a divisão. As áreas com maior degradação ambiental e com usos humanos mais intensos são mais preocupantes pela poluição e pelo efeito de borda.

De maneira geral, observa-se que as atividades industriais e imobiliárias residenciais de diversos padrões avançam sobre a região formando as unidades de 11 a 15, isolando o parque. O avanço da urbanização impacta tanto na preservação da biodiversidade do parque quanto dos remanescentes de vegetação de seu entorno, que carecem de maiores proteções legais. Além disso, o impacto social e cultural do avanço dessas atividades é notável, dado que ameaçam a permanência de populações indígenas em seus territórios.



premissas

abordagem multiescalar

É importante perceber que as políticas públicas socioambientais devem estar presentes em três esferas: a local, a regional e a metropolitana. Isto porque esta dinâmica possui forte inter-relação entre as diferentes escalas de observação, de modo que ações tomadas em uma escala local, quando postas em conjunto, podem impactar e amplificar novos efeitos e processos e, por conseguinte, consequências na qualidade ambiental e de vida. Portanto, as ações tomadas no território não são de modo algum autônomas. Assim, o presente plano pretende articular ações em diferentes escalas para alcançar as melhores soluções possíveis.

o plano

Tendo em vista as considerações feitas na etapa de diagnóstico, as demandas, interesses e modo de vida dos povos indígenas foram consideradas o fio condutor na etapa propositiva sobre o PEJ.

Em séculos de resistência, os povos originários lutam pela preservação de sua cultura, que inclui essencialmente a preservação do meio ambiente – um meio de vida e de existência – e também, a superação da vulnerabilidade social dos seus, que, como se sabe, são alvos de violências diretas e indiretas constantes. Entende-se que as diretrizes da gestão do Parque do Jaraguá devem respeitar e contribuir com essa luta.

Para tanto, essa análise se valerá da ideia de paisagem cultural, para propor diretrizes sobre esse território. Esse conceito se refere a uma porção de território que apresenta características específicas, produto da relação de grupos sociais com a natureza, podendo esses serem visíveis ou valores intrínsecos à cultura de tais grupos, por exemplo. A paisagem cultural é uma combinação dinâmica da sobreposição de relações humanas com seu meio. Para a sua proteção, portanto, deve-se considerar tanto a preservação da natureza, como os produtos dessas relações, sejam elas patrimônio material ou imaterial, e os grupos sociais em si.

escala

regional

local

aspecto

indígena

ambiental

urbano

plano

gestão compartilhada

recuperação, preservação e conservação

urbanização de baixo impacto

diretrizes

Escala	Aspecto	Problemáticas	Potencialidades	Diretrizes	Ações
Regional	Indígena	Presença de empreendimentos que ameaçam a existência das comunidades indígenas. Difícil diálogo com os gestores do parque.	Importante espaço de resistência, com possibilidade de incentivo à cultura indígena e sua manifestação.	Criar espaços de resistência e manifestação cultural, além da possibilidade de conscientização da população local. Melhoramento da relação com o PEJ.	Criação de um espaço guardião; gestão compartilhada; novas demarcações no zoneamento.
	Ambiental	Avanço dos vetores de expansão urbana da Rodovia dos Bandeirantes e do Rodoanel, além de campos antropizados, ocupações residenciais e empreendimentos imobiliários sobre a vegetação. Avanço industrial sobre as vegetações em Osasco.	Incentivo à preservação, reflorestamento e conservação. Há a possibilidade da conexão do PEJ com a mata presente no município de Osasco, a noroeste.	Recuperação, preservação, conservação do PEJ e conscientização da população local.	Mudança organizacional do PEJ; mudança de regras; qualificação da zona de amortecimento.
	Urbano	Avanços das ocupações residenciais, expansão urbana da Rodovia dos Bandeirantes e do Rodoanel, além do avanço industrial ameaçando o PEJ.	Forte influência sobre o PEJ, com crescente aumento populacional e expansão urbana.	Frear a ocupação nas bordas do parque; melhorar a infraestrutura; rever regras de ocupação; melhorar a comunicação do PEJ com o entorno.	Urbanização de baixo impacto; diminuição da densidade construtiva; revisão do zoneamento; criação de corredor ecológico; melhoramento da mobilidade e passarelas.

Escala	Aspecto	Problemáticas	Potencialidades	Diretrizes	Ações
Local	Indígena	Os conflitos e desrespeitos às terras indígenas são constantes. Problemas relacionados à gestão atual do Parque do Jaraguá e seus usos. As formações hidrológicas não tem seu devido cuidado por parte dos turistas e outros, afetando diretamente os indígenas.	A estrutura já existente pode ser melhor administrada para que os impactos turísticos não sejam danosos aos indígenas, melhor assistência à comunidade indígena e melhor diálogo com a gestão do PEJ.	Criar espaços de resistência e manifestação cultural, além da possibilidade de conscientização da população local. Melhoramento da relação com o PEJ.	Criação de um espaço guardião; gestão compartilhada; novas demarcações no zoneamento.
	Ambiental	Difícil recuperação da biodiversidade devido à alta presença humana, as formações hidrológicas não tem seu devido cuidado por parte dos turistas e outros, a presença de turistas causa degradação da área e das formações hidrológicas, riscos de desmoronamento e degradação e também do efeito de borda.	Ações de recuperação dos processos erosivos, realização de pesquisas, instalação de equipamentos que prevêm a segurança dos visitantes da área; apreciação e visitação da área de maneira consciente, sempre priorizando a preservação do parque, tornar as infraestruturas existentes melhores equipadas.	Recuperação, preservação, conservação do PEJ e conscientização da população local.	Mudança organizacional do PEJ; mudança de regras; qualificação da zona de amortecimento e mudanças no zoneamento.
	Urbano	Expansão urbana, alto interesse imobiliário, poluição acentuada, bordas do PEJ ameaçadas pela expansão urbana do Rodoanel.	Estabelecer barreiras para que o avanço urbano não adentre a área do parque.	Frear a ocupação nas bordas do parque; melhorar a infraestrutura; rever regras de ocupação; melhorar a comunicação do PEJ com o entorno.	Urbanização de baixo impacto; diminuição da densidade construtiva; revisão do zoneamento; criação de corredor ecológico; melhoramento da mobilidade e passarelas.

gestão compartilhada

A primeira proposta sobre o território estudado diz respeito à gestão compartilhada do Parque Estadual do Jaraguá. Partindo da premissa de que a preservação daquela paisagem cultural passa pelo reconhecimento das atividades humanas sobre o meio físico, em um processo conjunto de transformações, as reivindicações dos povos indígenas são norteadoras no sentido da preservação do patrimônio ambiental e cultural. Dessa maneira, entende-se que não há a possibilidade de gerir o território do Parque do Jaraguá sem a participação e o protagonismo dos guarani, já que a delimitação do parque se sobrepõe à área que esses ocupam e protegem há séculos.

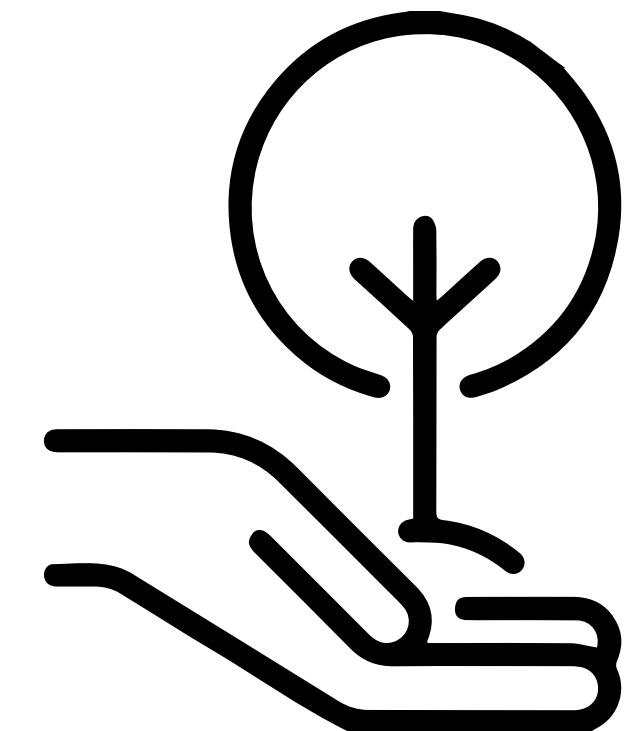
Atualmente, a proposta de gestão do parque já prevê a participação indígena na administração. No entanto, sabe-se que isso não ocorre de fato: de acordo com lideranças indígenas, seus interesses e reivindicações não foram contemplados ou ouvidos nas tentativas de estabelecimento dessa organização conjunta. O que acontece, na realidade, é que a terra indígena é submetida à influência das dinâmicas tanto da área protegida do parque, quanto se seu entorno. Essa população, então, se mobiliza internamente para reduzir os danos causados pela atividade em seu entorno, atuando no reflorestamento, na coleta de lixo, na proteção de suas construções, a fim de preservar seu modo de vida tanto físico quanto espiritualmente.

Dessa maneira, propõe-se a criação de um projeto de gestão do parque com base na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, tendo em vista, principalmente, o eixo 3 de seus objetivos específicos:

“III - eixo 3 - áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas:


- a) realizar consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas no processo de criação de unidades de conservação em áreas que os afetem diretamente;*
- b) elaborar e implementar, com a participação dos povos indígenas e da FUNAI, planos conjuntos de administração das áreas de sobreposição das terras indígenas com unidades de conservação, garantida a gestão pelo órgão ambiental e respeitados os usos, costumes e tradições dos povos indígenas;*
- c) promover a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas; e*
- d) assegurar a participação da FUNAI nos conselhos gestores das unidades de conservação contíguas às terras com presença de índios isolados ou de recente contato;”*


Assim, seria construído um Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, fortalecendo as estratégias tradicionais de gestão do território desses povos e aliando-as a mecanismos de proteção do Estado e demais atores. Baseado na PNGATI, o plano seria realizado a partir das etapas básicas: a) sensibilização e mobilização, b) diagnóstico, c) planejamento, d) execução, e) monitoria e avaliação; essa metodologia do PGTA, apesar de pensada estrategicamente para guiar a construção do plano, não deve ser engessada, de forma que as especificidades do contexto vivido e os saberes da população se coloquem como principais estabelecadores do plano. Nesse processo, as ferramentas norteadoras seriam o etnomapeamento (formas de representação espacial de acordo com a classificação indígena) e o diagnóstico participativo (levantamento realizado a partir de diálogos interculturais). A partir desses, na etapa de planejamento, proporia-se o etnozoneamento (ferramenta de zoneamento e planejamento que considera a classificação e uso do território a partir das prioridades dos povos indígenas).





usos do parque

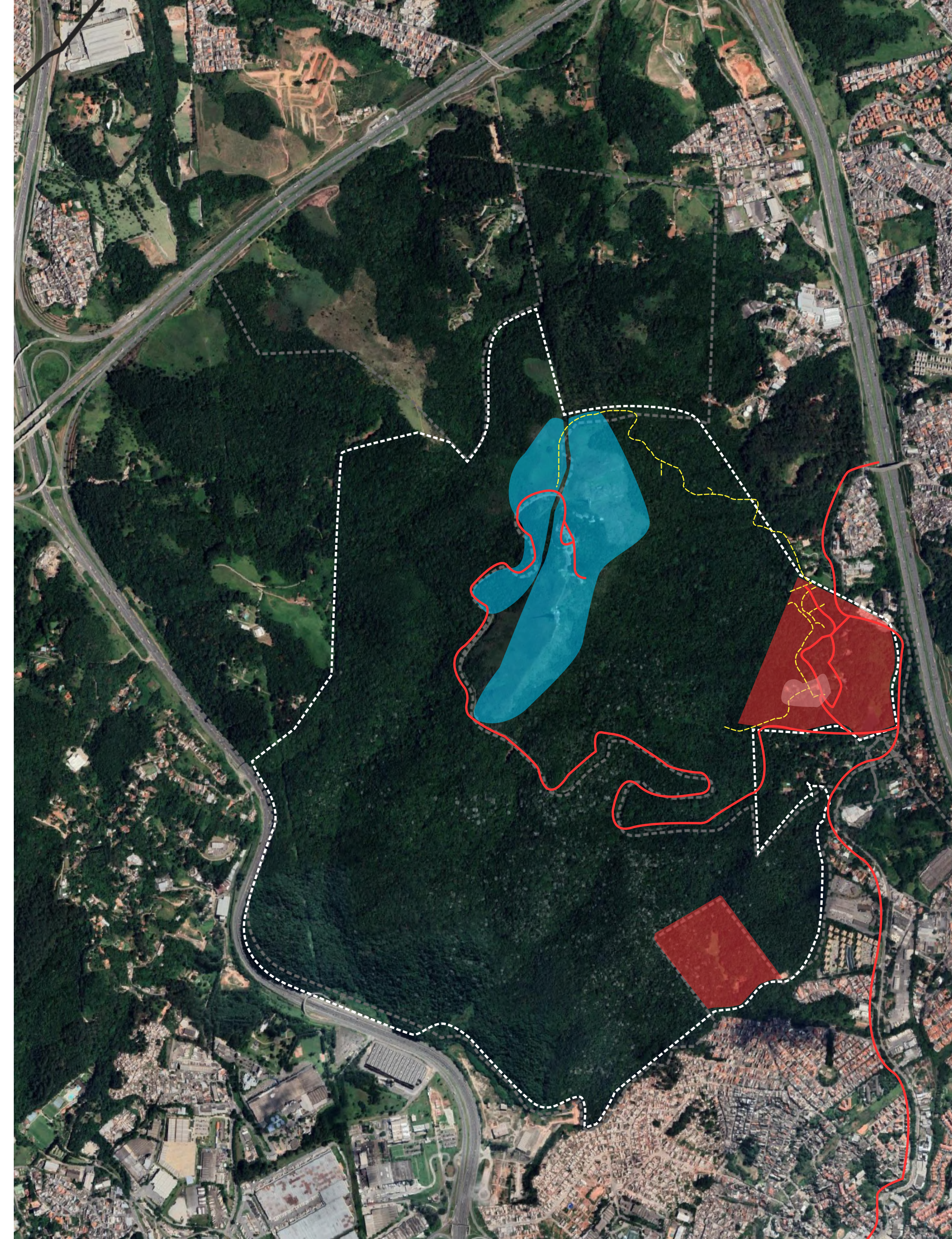
Após o estudo do Plano de Manejo, de análises feitas e aulas referentes sobre a área do parque, identificamos as principais problemáticas e propusemos algumas intervenções:

 Trilhas: delimitação da área de passagem, inserção de cestos de lixo, recicláveis e orgânicos a cada X metros, horários específicos para realização das trilhas, com profissionais do parque guiando a atividade.

 Zonas de uso intensivo e extensivo (entrada do parque, “zona sul”, trilhas, lagos, estradas): concentrar de todas as atividades destinados ao público, atividades culturais; sinalização de caráter educativo, interpretativo e indicativo nas áreas de circulação e uso público; incentivo à pesquisa para a identificação de novas tecnologias de “construção verde” green building nas instalações e edificações da Zona de Uso Intensivo; compreensão e apreciação do patrimônio natural de forma não depreciativa.

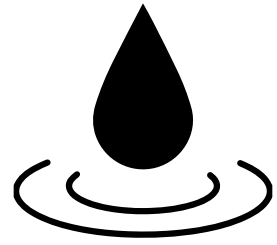
 Histórico-cultural (Casarão “Afonso Sardinha” e o “Tanque de lavagem do ouro” - se localizam no interior da Zona de Uso Intensivo, portanto deve seguir as normas desta zona): incentivo à pesquisa científica, atividades educativas e monitoramento ambiental e patrimonial, e recreação; restauro e manutenção de estruturas objetivando sua operação, conservação, valorização e uso pedagógico

 Antenas (uso conflitante - pico do jaraguá e pico do papagaio, área com estruturas permanentes de telecomunicação): recuperação ambiental para evitar o desmoronamento das áreas de risco geológico; maior fiscalização no acesso à área.



recuperação, conservação e preservação

questão hídrica



- Projetos de reuso de água;
- Redimensionar o sistema de captação de água no acampamento dos escoteiros, a fim de manter fluxo de água mínimo no canal fluvial;
- Redirecionamento do esgoto doméstico;
- Conscientização das comunidades religiosas que usam o parque, a fim de evitar a proibição do uso do parque para as práticas;

fauna

Tratando-se da fauna no parque, as principais ameaças são: as oferendas realizadas pelos cultos religiosos, seus restos são ingeridos pelos animais do parque, causando danos à eles; a presença das rodovias que fazem fronteira com o parque, o alto fluxo de carros causa atropelamento dos animais que cruzam as vias para chegar ao parque; o abandono de animais domésticos, e a inserção de espécies exóticas, que comprometem o ecossistema do parque.

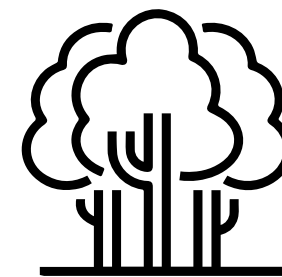
- O ideal seria a ampliação da área da UC e a conexão com outros remanescentes via corredores ecológicos.
- Corredores ecológicos, conectando outros remanescentes, evitando a morte por atropelamento;
- Restringir a entrada de animais domésticos e espécies exóticas;

flora

Se apresentam como os maiores danificadores da vegetação do parque, a elevada abundância de espécies exóticas, destacando-se as gramíneas africanas que impedem a regeneração da área de Savana e as palmeiras-reais-da-austrália (*Archontophoenix cunninghamii*), que ocorrem nas áreas de Floresta Ombrófila, trecho ocupado por palmito, espécie vulnerável e em perigo de extinção; as práticas religiosas; os visitantes que adentram mata além do permitido, o pisoteamento, que causa compactação do solo e morte das plântulas, abertura de clareiras e acúmulo de lixo nas áreas dos encontros, fogueiras.

Um outro grande problema diz respeito à localização do parque e seu entorno, que dificulta o avanço da sucessão secundária e do aumento da biodiversidade, diminuindo o fluxo de animais que podem trazer sementes de outros remanescentes para diferentes áreas do parque, e também, a baixa quantidade de remanescentes de vegetação conservados presente próximo ao parque, reduz a chegada de sementes de outras populações, fator importante para o fluxo gênico.


- Corredores ecológicos
- Conscientização dos usuários do parque, juntamente com as ações que já foram propostas para as trilhas;
- Monitoramento constante para a detecção precoce e erradicação de espécies exóticas e invasoras;
- Remoção das espécies exóticas de plantas e animais;

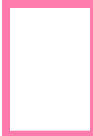


revisão do zoneamento


Para garantir a urbanização de baixo impacto no envoltório do parque e sua preservação definimos que o zoneamento deveria ser revisado, através de um processo com as Prefeituras de São Paulo e de Osasco, além da participação efetiva da população. Com base nos usos atuais e potencialidades da unidade de conservação e seu entorno, além dos aspectos físicos, bióticos e antrópicos, sugerimos algumas diretrizes: “o zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo da unidade de conservação, pois estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos”.


Dentro do parque:


 - Criação da **zona Histórico-Cultural Antropológica**, para demarcação do espaço referente às tekoás, com objetivo de preservar a paisagem natural e cultural da região, ocupada por comunidades indígenas há gerações e fortalecê-los para evitar a perda da posse de seus territórios e uma possível descaracterização.

 - Criação da **zona de Superposição Indígena**, devido à existência de terras demarcadas pela FUNAI, com o intuito de proteger a cultura indígena. Assim, reiteramos o espaço das tekoás e sua luta, além de apoiar o seu desenvolvimento sustentável e evitar que seus direitos sejam afetados.


Fora do parque:

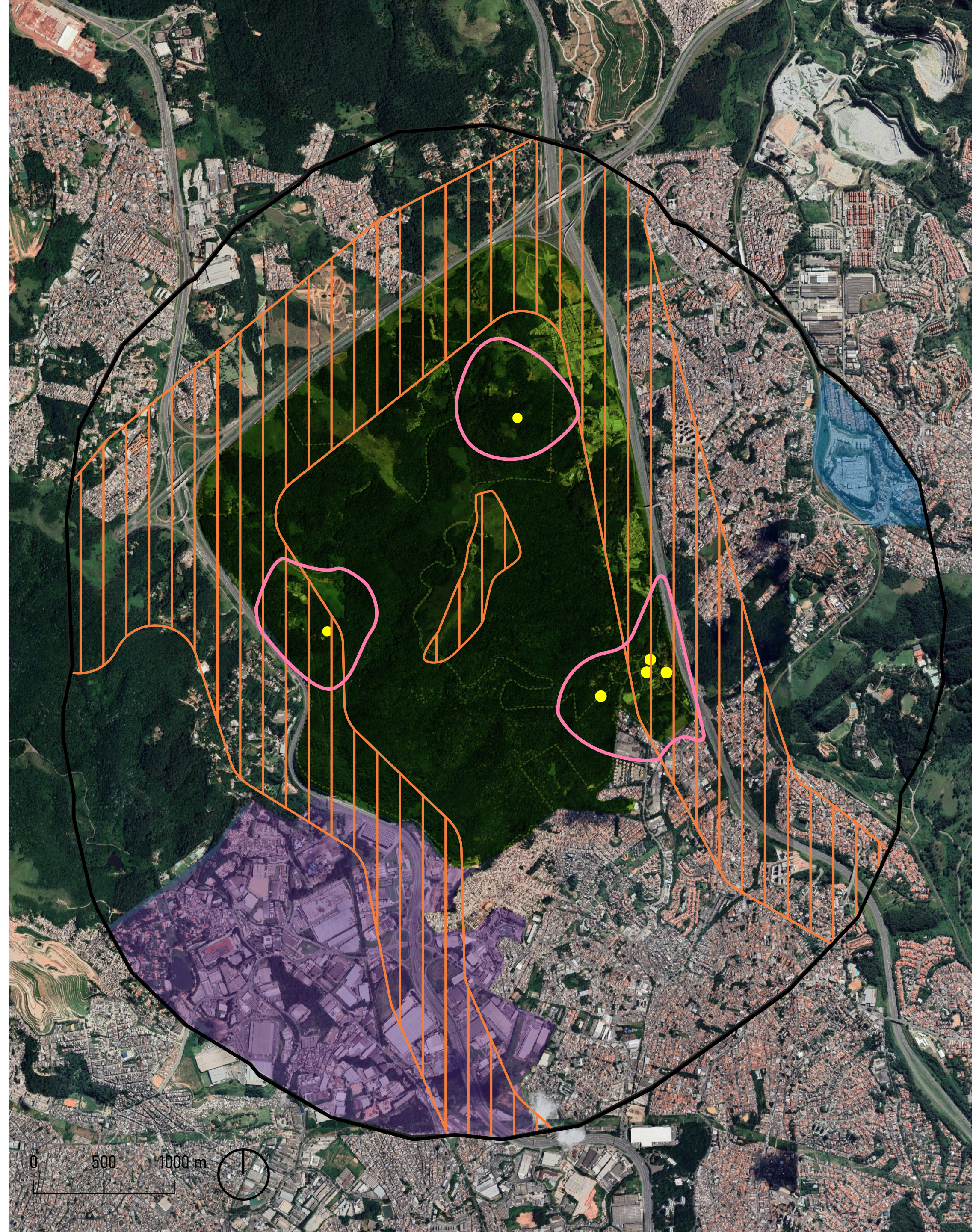
 - Revisão da ZPI-1 (zona predominantemente industrial) ao sul do parque, almejando o reparcelamento do solo e sua mudança de uso e ocupação, seguindo os princípios já estabelecidos para a urbanização de baixo impacto.

 - Aumentar a extensão da zepam (zona especial de proteção ambiental) para todo o Parque Estadual do Jaraguá e seu imediato entorno, uma vez que essa zona objetiva proteger remanescentes vegetais e paisagens naturais significativas, além de proteger tais regiões de alto riscos de intervenções antrópicas.

 - Proposição de ZEIS-2 (zonas especiais de interesse social) para os terrenos subutilizados ou abandonados da região, para a produção de habitações de interesse social, equipamentos culturais segundo os aspectos da urbanização de baixo impacto já vistos.

Em ambos:

 - Aumentar a **zona de Uso Conflitante** para os locais com a presença de equipamentos urbanos, como as Rodovias do Bandeirantes e Anhanguera, o Rodoanel, além das antenas de transmissão, uma vez que entram em conflito com a unidade de conservação e influenciam em seus processos ecológicos. Com isso, objetivamos a minimização de impactos, através de compensações ambientais e auxílio das empresas responsáveis por esses equipamentos na proteção e preservação do parque.







zona de amortecimento

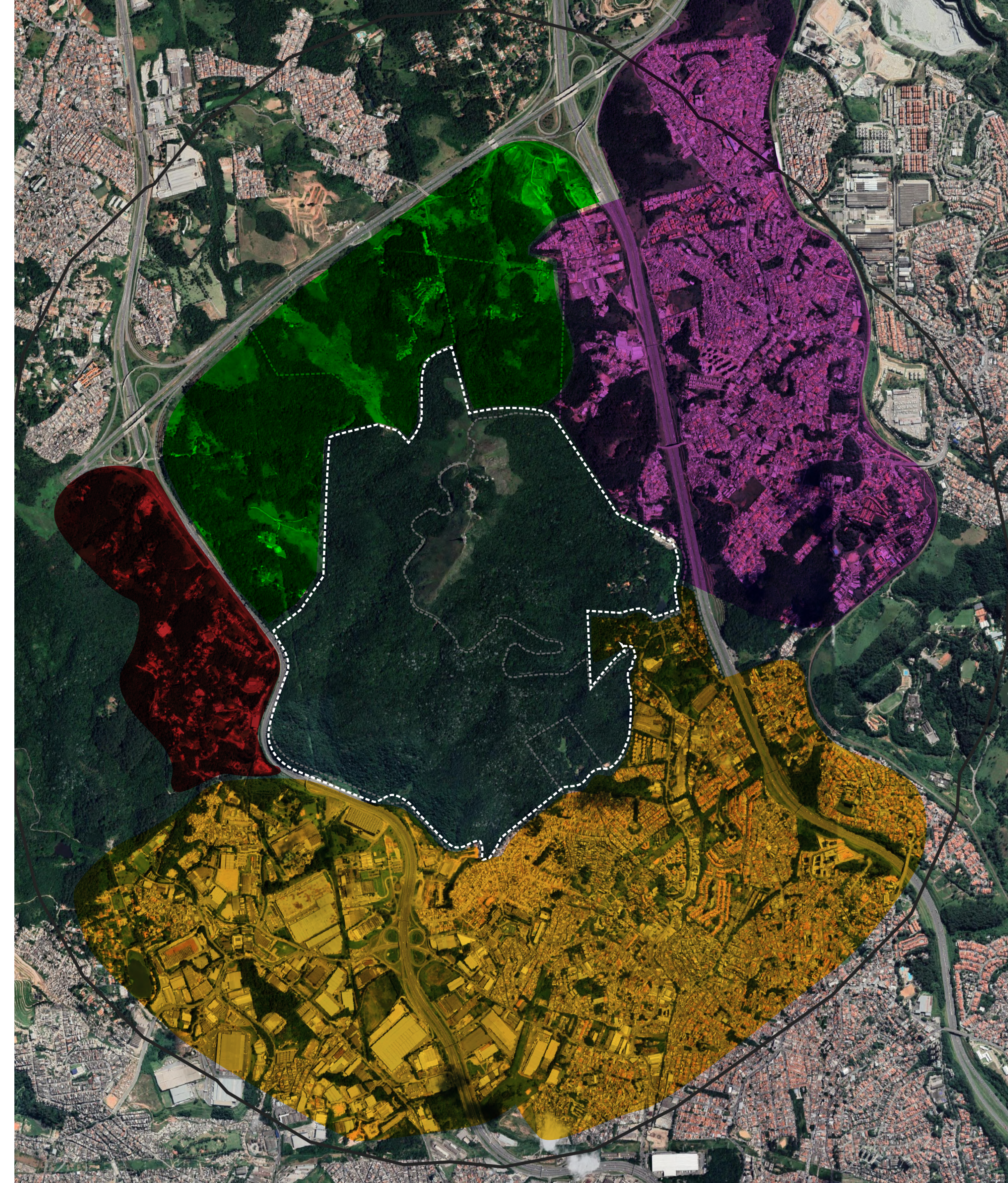
Definição segundo o Plano de Manejo: "Zona de Amortecimento é o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

Dentro os objetivos da ZA, inclui-se:

- Integrar aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos, a partir da proximidades e relação entre entorno e unidade de conservação;
- Reduzir impactos negativos na unidade de conservação;
- Garantir a qualidade de vida dos habitantes dos entorno da unidade de conservação;
- Proibir a instalação de empreendimentos e atividades impactantes na unidade de conservação;
- Controlar a qualidade ambiental através de políticas públicas;
- Promover atividades de pesquisa e conhecimento da região, ligadas à conscientização ambiental da população;
- Oferecer alternativas de desenvolvimento no entorno da unidade de conservação;
- Construir essa gestão de maneira participativa, co-responsável e aplicável por todos envolvidos.

Diante disso, e com base nas unidades de paisagem já estabelecidas, buscamos realizar a subdivisão da zona de amortecimento de acordo com nossas qualificações:

-  **A1** - Incentivar atividades de ecoturismo, agrícolas sustentáveis (horta urbana), praças e outras que valorizem o uso da terra e a qualidade paisagística do entorno
-  **A2** - Criação de um centro expositivo, para ser usado também na feira de artesanato, aumento da demarcação da terra indígena, reforçar o espaço de resistência, juntamente com as zonas de atenção, valorizando a gestão compartilhada.
-  **A3** - Incentivar a pesquisa através da criação de centros de pesquisa e atividades econômicas sustentáveis nas propriedades do entorno visando à conservação dos remanescentes florestais; atividades econômicas regradas
-  **A4** - Corredor ecológico com a região de Osasco



urbanização de baixo impacto

Trata-se de uma malha urbana em sintonia com a paisagem natural da região. Então, diz respeito à uma coexistência entre o modo de vida urbano e a natureza, promovendo a preservação ambiental e o aumento da qualidade de vida. Como a região noroeste tem uma posição estratégica na dinâmica socioeconômica da RMSP, entende-se que é interessante manter médias/altas densidades demográficas. Além disso, para pensar em como se articularia essa urbanização, a vulnerabilidade social, a mobilidade e a infraestrutura são pontos importantes.

A princípio, esta urbanização deve-se estabelecer sem nenhum desmatamento dos remanescentes de mata atlântica. Pelo contrário, incentiva-se a criação de novas áreas verdes, através do aumento da taxa mínima de permeabilidade do lote e de incentivos fiscais/de contrução caso sejam feitas áreas verdes públicas conjuntamente com os empreendimentos. Também estipula-se o respeito aos mananciais e o controle de descartes.

A princípio, esta urbanização deve-se estabelecer sem nenhum desmatamento dos remanescentes de mata atlântica. Pelo contrário, incentiva-se a criação de novas áreas verdes, através do aumento da taxa mínima de permeabilidade do lote e de incentivos fiscais/de contrução caso sejam feitas áreas verdes públicas conjuntamente com os empreendimentos. Também estipula-se o respeito aos mananciais e o controle de descartes. Como forma de controlar essa urbanização, além da definição de áreas permeáveis, determinou-se um gabarito máximo e taxas, de modo a diminuir o potencial construtivo da região. Por fim, a produção de habitações de interesse social, a ampliação do sistema de transporte público e a melhoria do sistema viário são ressaltados.

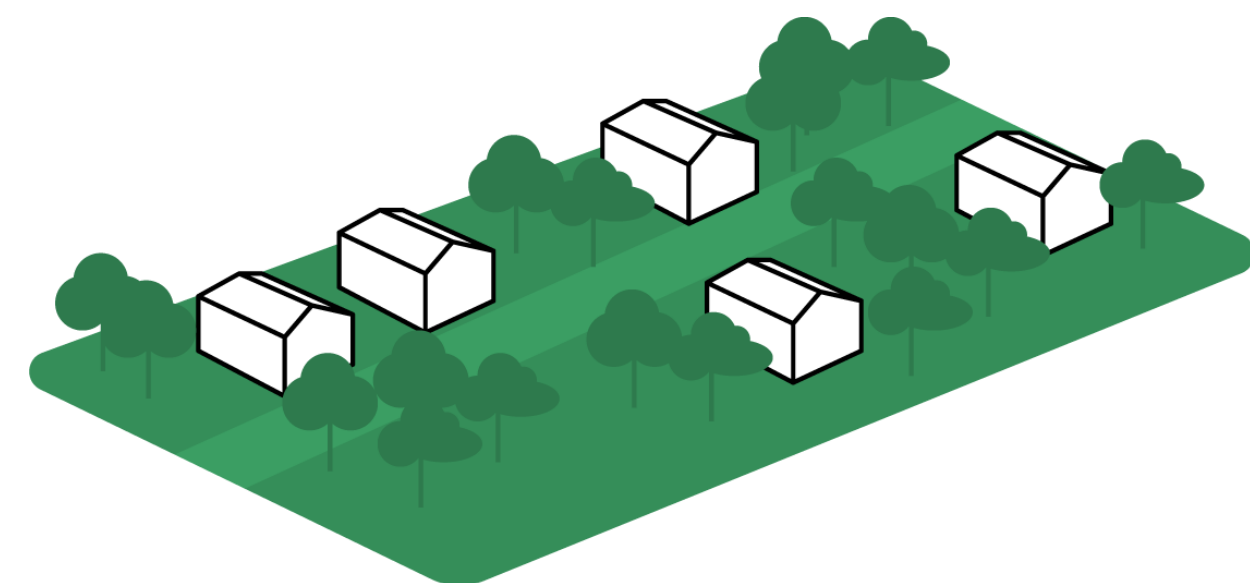
tipologia 1

Menor impacto ambiental

Taxa de permeabilidade: 80%

Gabarito máximo: 2 pavimentos

Áreas próximas aos remanescentes de MA



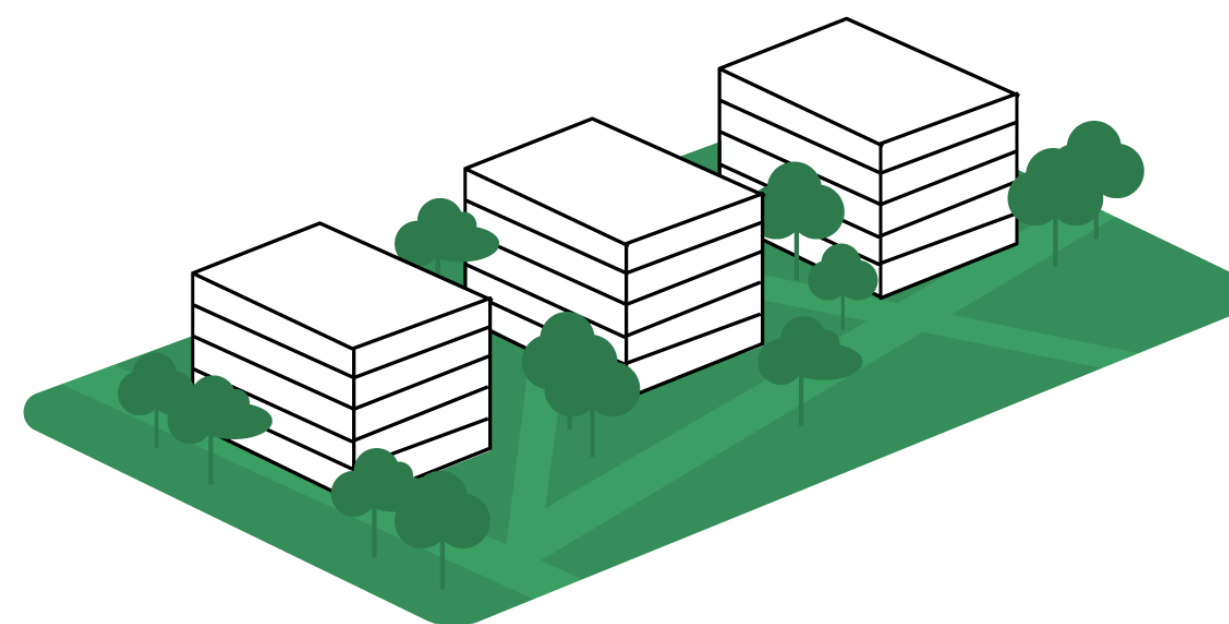
tipologia 2

Médio impacto ambiental

Taxa de permeabilidade: 65%

Gabarito máximo: 5 pavimentos

Áreas de transição com aumento da densidade demográfica e dos usos



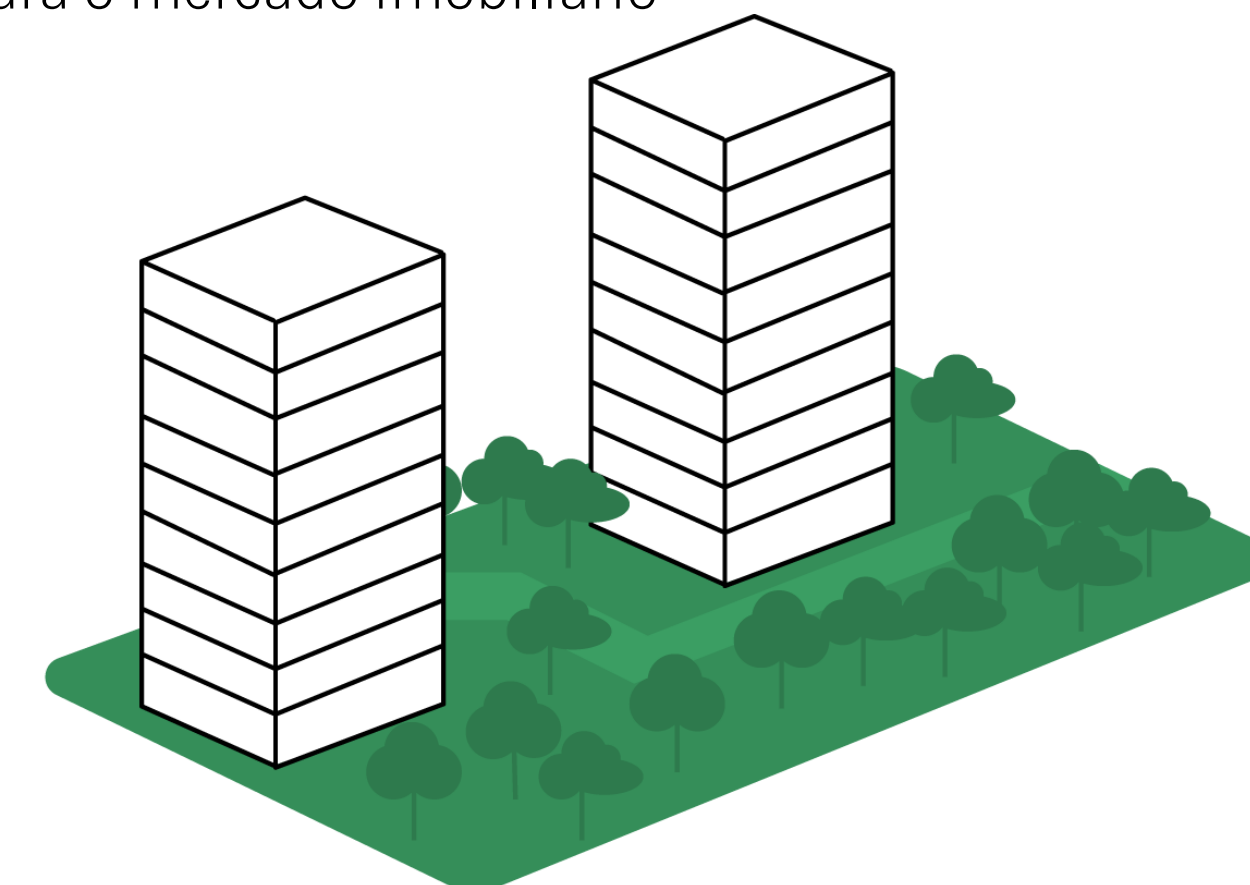
tipologia 3

Maior impacto ambiental

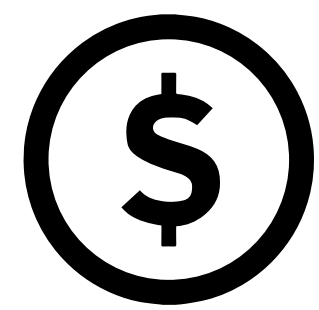
Taxa de permeabilidade: 50%

Gabarito máximo: 10 pavimentos

Áreas próximas aos grandes modais de transporte e centros comerciais, maior flexibilidade para o mercado imobiliário



urbanização de baixo impacto



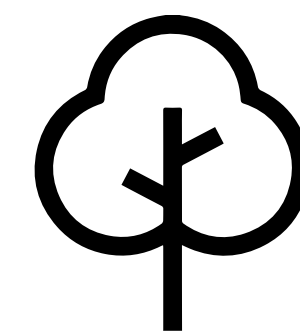
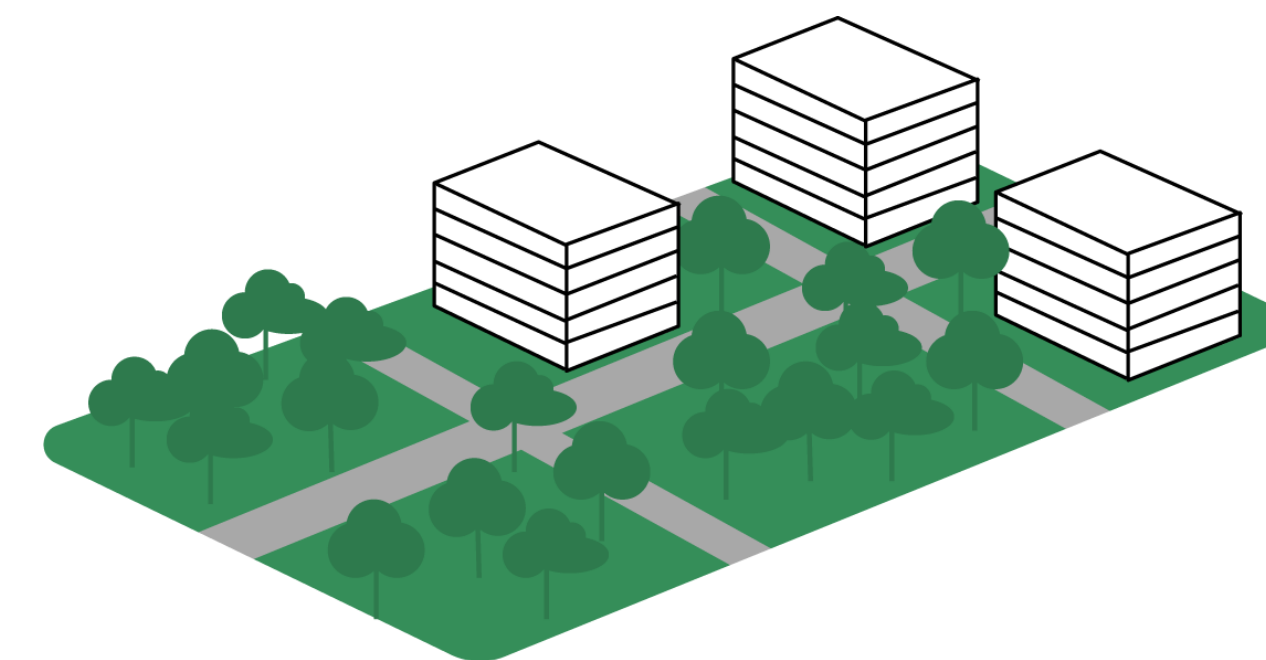
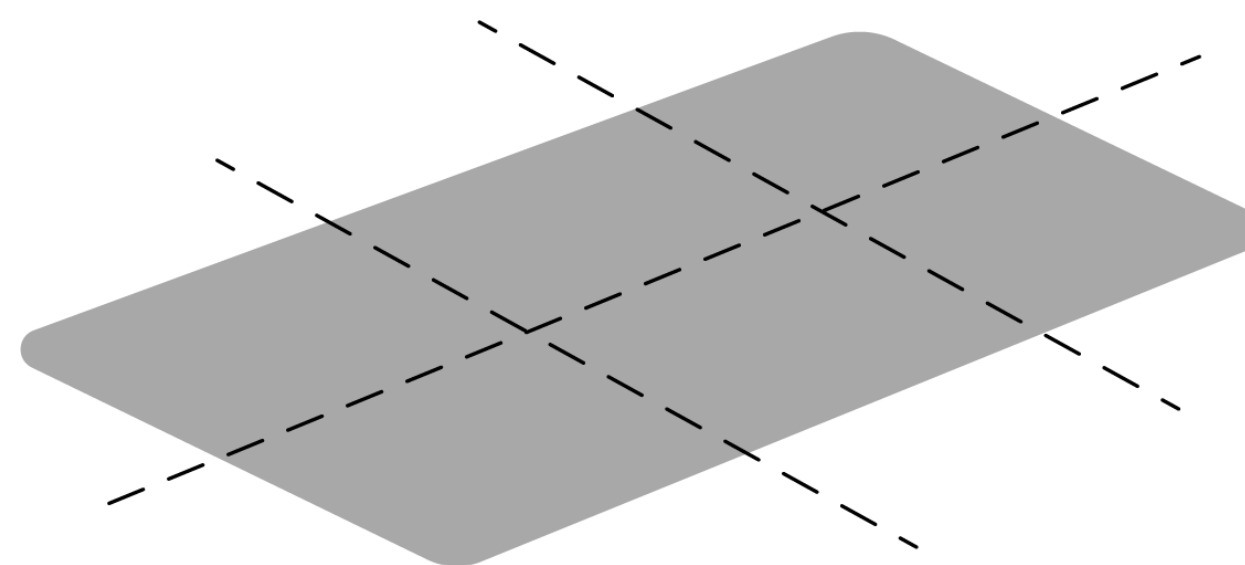
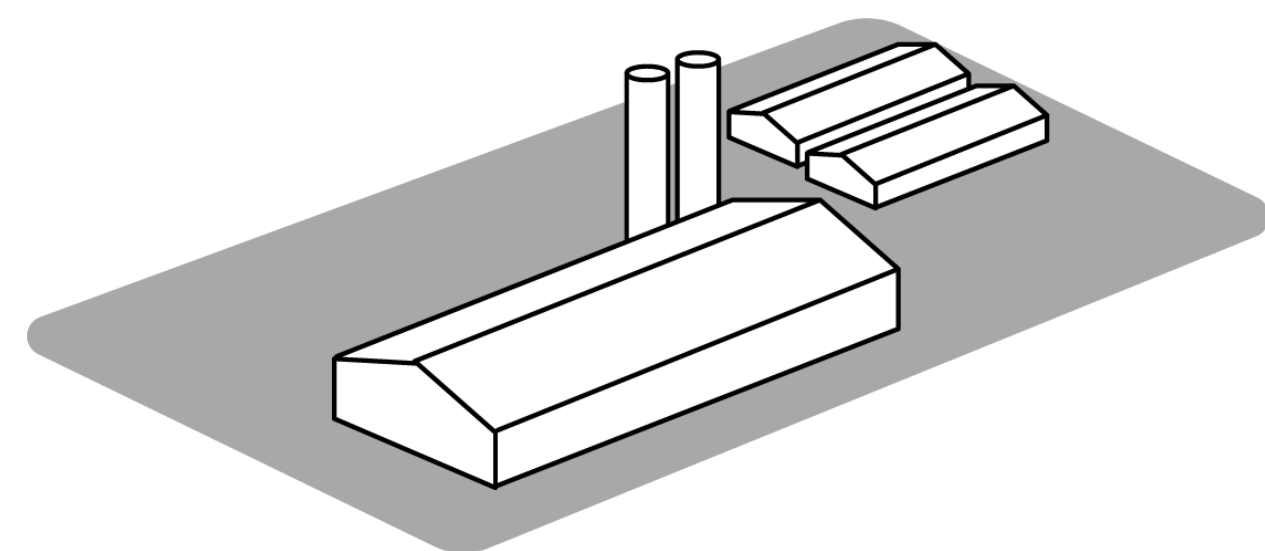
taxa de construção

A fim de freiar a expansão urbana sobre o PEJ, se instituirá uma taxa extra para construções dentro do perímetro de proximidade do parque. Com isso, ficará mais caro construir e permanecer nessa área, levando à desocupação.



reparcelamento de lotes industriais

O reparcelamento desses grandes lotes permitiria a criação de novas vias, melhorando a mobilidade, além de dar um novo uso mais público para a região. Seriam destinadas áreas para a construção de unidades habitacionais de interesse social e parques.



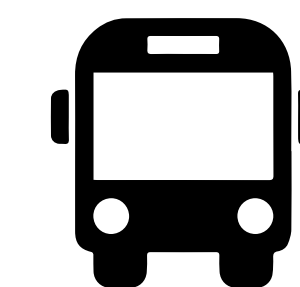
taxa de permeabilidade

O aumento da taxa de permeabilidade da região permitirá o aumento das áreas verdes e, conseqüentemente, o acesso da população a espaços públicos de qualidade.



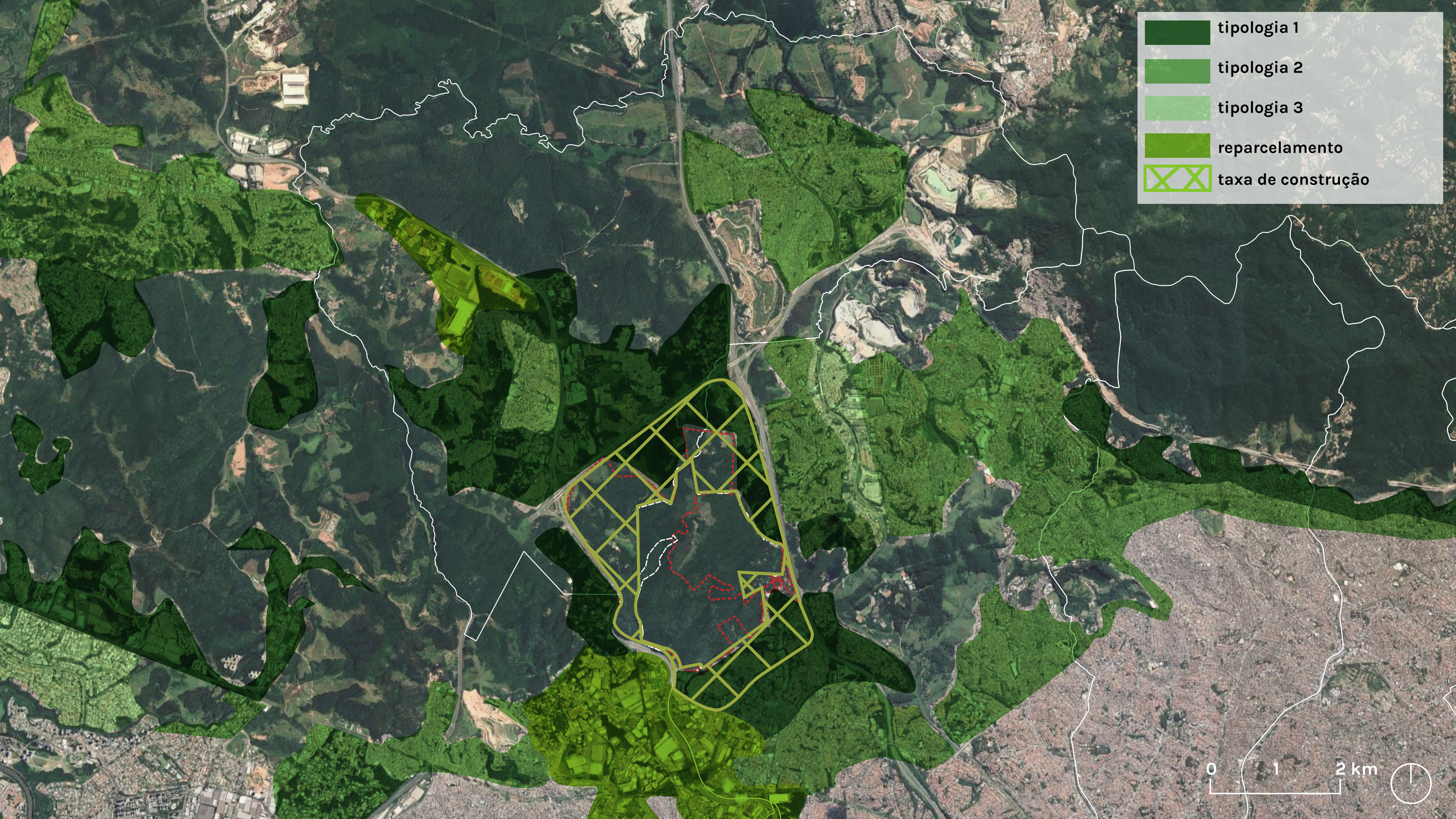
produção de HIS

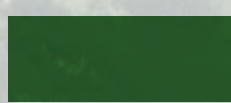

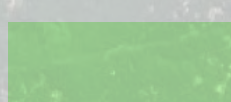


A produção de HIS é importante para a preservação dos remanescentes de MA na região a medida em que os aglomerados subnormais exercem pressões sobre eles. Ao fornecer habitação de qualidade para essa população em vulnerabilidade, se está também ajudando estas áreas verdes.



mobilidade urbana

O incentivo ao uso do transporte público é essencial para uma urbanização de baixo impacto. Assim, seriam incentivados modais de baixa/média capacidade, como ônibus e ciclovias, a fim de proporcionar uma melhor articulação da região mas também promover menos impactos na paisagem para a implementação destes.



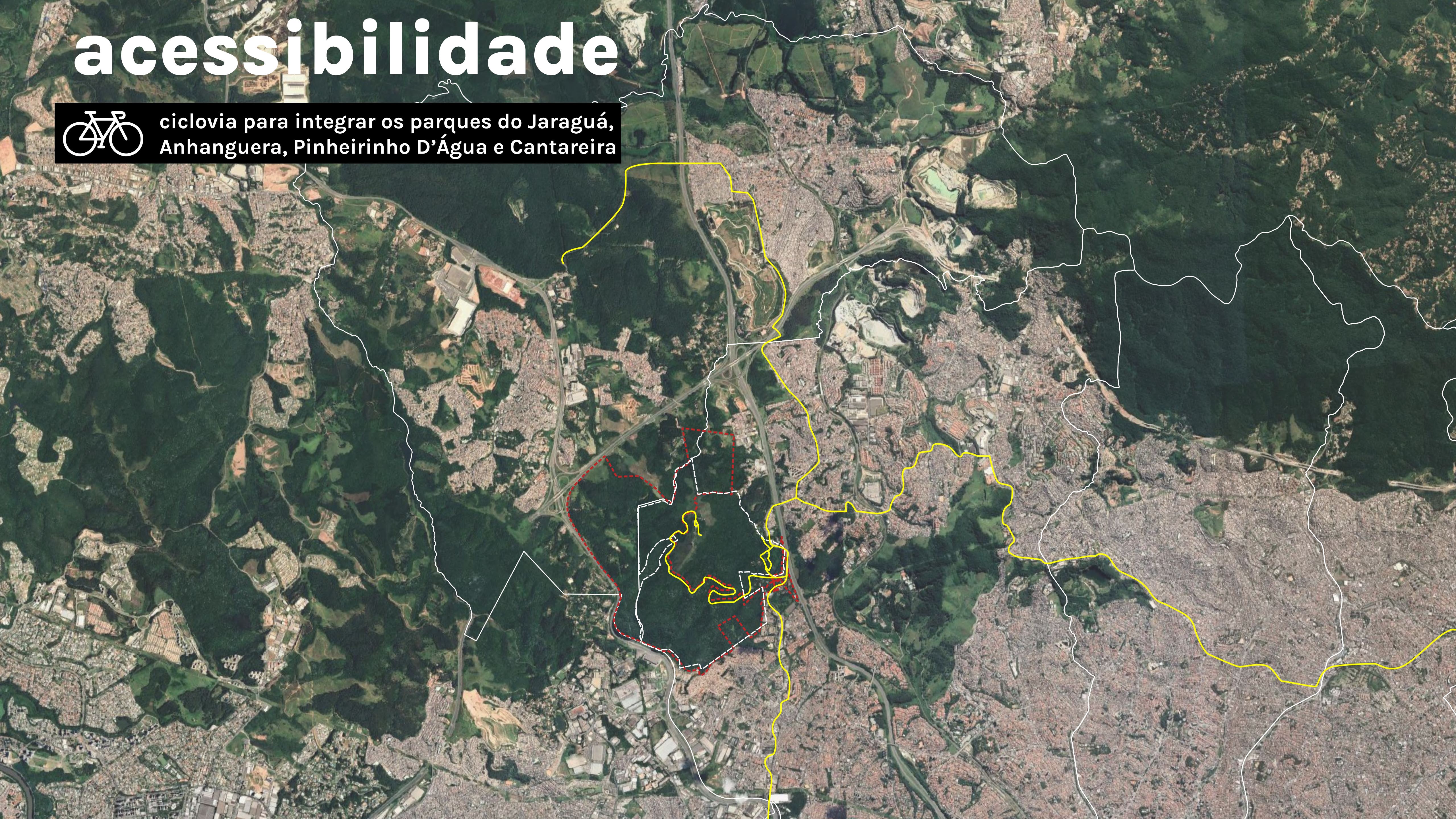
	tipologia 1
	tipologia 2
	tipologia 3
	reparcelamento
	taxa de construção



acessibilidade



ciclovias para integrar os parques do Jaraguá,
Anhanguera, Pinheirinho D'Água e Cantareira



corredores ecológicos

Como colocado na etapa de diagnóstico, uma ação importante para a preservação e recuperação da Mata Atlântica se pauta em pensar na articulação dos remanescentes de vegetação do território, a partir do corredor ecológico, já estabelecido pelo Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA). Entendendo a paisagem como a interação entre as estruturas urbanas, naturais e sociais, essa medida justifica-se pela importância de recuperar esse patrimônio ambiental que, na situação fragmentada atual, se encontra mais vulnerável aos avanços urbanos. Objetiva-se, então, diminuir os seguintes efeitos, consequências da fragmentação:

- alteração e perda de hábitat;
- isolamento de populações da floresta;
- aumento do efeito de borda (LAURANCE et al., 1997).

A primeira medida adotada está vinculada às áreas demarcadas para urbanização de baixo impacto radical. Essa demarcação colabora para coibir a ocupação em áreas que potencialmente estabeleceriam uma conexão entre a mata fragmentada, e que já são áreas sob o “efeito de borda”, de fragilidade acentuada.

Essa restrição de ocupação, ainda que fundamental para a implantação de um plano de conservação e recuperação, não contempla integralmente o problema da dificuldade da conectividade da paisagem. Nenhuma medida o faria de maneira integral, dado o avanço urbano já consolidado na região, no entanto, é possível pensar em medidas complementares que amenizem os baixos índices de conectividade.

Considerando o parâmetro da conectividade e o fato da área do parque ser circundada inteiramente por rodovias que atuam como barreiras no corredor, propõe-se a construção de “viadutos verdes” que permitam, principalmente, o aumento da conectividade funcional. A localização de cada ponte seria prevista de acordo com os parâmetros previamente adotados no PMMA, principalmente considerando a área do corredor já estipulada, bem como as condições específicas das rodovias e sua topografia. No Brasil, um exemplo dessa iniciativa existe, também na Mata Atlântica, no Estado do Rio de Janeiro.

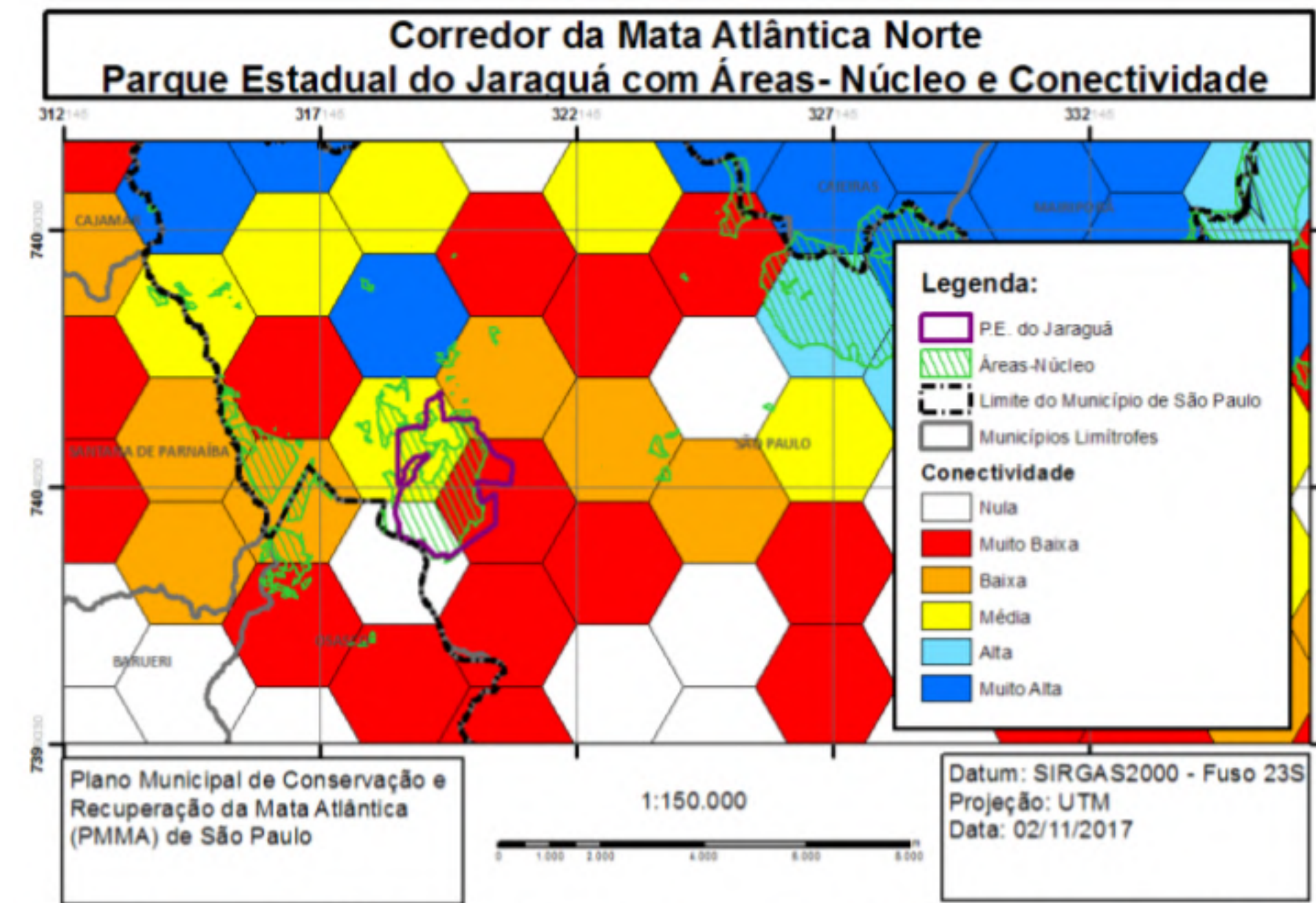
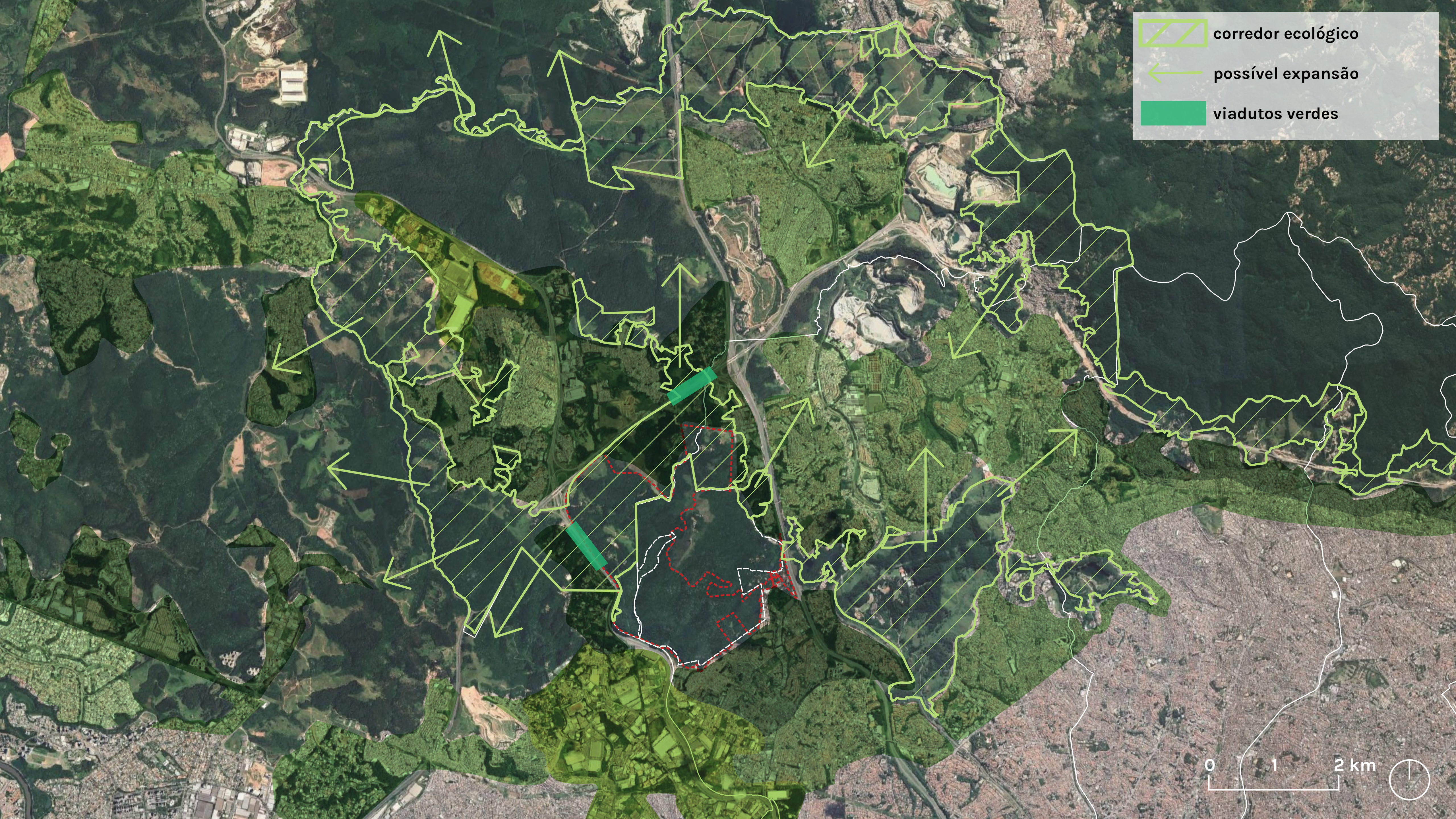



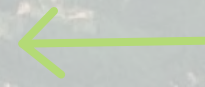
Figura 13: Corredor da Mata Atlântica Norte. Parque Estadual do Jaraguá com Áreas-Núcleo e Conectividade. Fonte: SÃO PAULO (CIDADE) (2017a), MOD.




Legenda: Viaduto verde implantado no Estado do Rio de Janeiro, conectando a Reserva Biológica de Poço das Antas com a fazenda Igarapé. Fonte: G1



 corredor ecológico

 possível expansão

 viadutos verdes

0 1 2 km



PADESP

O PADESP (Polo de Abastecimento, Distribuição e Entrepósito de São Paulo) surge em um cenário de grande centralização e convergência em São Paulo; não somente de estradas, como de funcionamento de logística de distribuição de produtos no território. Se apresenta como uma solução para que os produtos agrícolas não necessitem serem comercializados em áreas centrais da cidade, para então serem levados de volta a áreas periféricas. O projeto localiza-se, todavia, em uma posição ainda relativamente bastante central. Localiza-se próximo da Anhanguera, Bandeirantes, Rodoanel e da ferrovia que integra o interior de São Paulo, em uma posição estratégica para a comercialização de produtos agrícolas, logística e estocagem de produtos. É apresentado como uma solução para a geração de empregos no extremo norte de São Paulo, área de grande densidade demográfica e baixa oferta de empregos. É composto por três glebas muito próximas e diretamente relacionadas com o Parque do Jaraguá, dentre as glebas, localizam-se dois núcleos: no primeiro núcleo, localizam-se a central de comercialização de alimentos, o NESP, subdividido em 4 grupos: FLVO, cereais e flores, pescados, carnes e lácteos, e terminal rodoviário alfandegado; no segundo núcleo, localiza-se a plataforma para logística, estocagem e cross-docking de grandes volumes de carga e de veículos pesados do sistema rodoviário Anhanguera/Bandeirantes.

Problemáticas:

- Para a comunicação entre as duas glebas, seria necessária a modernização da via dentro do próprio Parque Anhanguera para interligar os dois núcleos.
- O Projeto do Nesp está localizado nas reservas da biosfera do cinturão verde, em cima da conexão entre o Anhanguera, Jaraguá e Cantareira.
- Localiza-se também entre as manchas de remanescentes de Mata Atlântica.
- Em relação a geração de empregos, serão gerados aos residentes de Perus? Não há certeza que a garantia de empregos na região vai atender a população que de fato mora na região
- Precariedade de serviços em uma área que, com um projeto desse porte, demandaria a proximidade de serviços.

Dessa forma, recomenda-se que:

- Sejam mantidas as áreas verdes em respeito aos remanescentes de mata atlântica, reservas de biosfera do cinturão verde e mananciais da região.
- Seja regulamentada a questão da geração de empregos para que esses atendam aos moradores da região de Perus.
- Seja repensada a via que integra as duas glebas de modo que ela não seja mais um foco de desmatamento na região do Parque Anhanguera.
- Seja repensada a área do projeto em relação a quantidade de serviços, para que possa atender as demandas da região e do projeto.

